

5G e Coronavírus: insegurança chinesa

Márcio Coimbra (*)

A tecnologia 5G está no centro da disputa geopolítica e tecnológica que pode tomar contornos dramáticos com a crise sanitária iniciada em Wuhan

De um lado, a China, que trabalha de maneira intensa pela adoção de sua tecnologia em diversos países, sofreu um enorme revés diante da desconfiança pós-Coronavírus. Do outro, os Estados Unidos, principal adversário comercial, assiste o derretimento chinês com distância regulamentar. Fato é que nenhum país poderá ficar indiferente a essa disputa e será cada vez mais difícil assumir posições intermediárias.

A razão é muito simples. Os Estados Unidos passarão a limitar a cooperação em áreas estratégicas, tais como defesa, inteligência e alta tecnologia nos casos em que a segurança de dados e informações sensíveis estiverem sujeitas à violação por parte de entes malignos com acesso às redes de 5G. Um argumento coerente que preserva suas posições estratégicas.

Países mais afoitos poderão optar pelo desenvolvimento rápido do 5G com base somente na qualidade e no preço de equipamentos e da tecnologia, sem levar em conta ameaças de segurança embutidas. Contudo, isso pode significar, no longo prazo, comprometer dados pessoais, segredos industriais e até o funcionamento de infraestruturas críticas também na área de segurança e defesa. Esse é o chamado “risco chinês”.

É por esse motivo que os Estados Unidos possuem um ponto válido que precisa ser debatido e levado em consideração. Diferentemente de suas concorrentes ocidentais, que são companhias privadas com governança corporativa transparente, as empresas chinesas são apenas formalmente privadas. Na prática, seus dirigentes estão enredados na trama política do Partido-Estado, sendo impossível desvincular a Huawei, por exemplo, dos interesses estratégicos do partido comunista chinês.

Nesse contexto, é importante que o Brasil não comprometa as enormes possibilidades de cooperação com Washington, nosso aliado estratégico, em nome de uma visão puramente econômica. Não podemos nos contentar em comprar, por valor de face, eventuais compromissos de respeito aos parâmetros do processo competitivo por parte de empresas chinesas. Especialmente no momento em que o investimento na China passou a ser repensado por

largas corporações diante da falta de transparência governamental, em face do Coronavírus.

Sabemos que esses compromissos, na prática, são muito difíceis de monitorar, já que a tecnologia 5G pode muito bem conter “back doors” e outros estratégias para permitir acesso não autorizado à rede e a seu tráfego de dados. Ações de espionagem ou de ataque cibernético, em um mundo dominado pelo 5G, pode colocar em risco a vida de pessoas, já que será possível controlar equipamentos domésticos pela Internet das Coisas, fazer cirurgias a distância, isso sem falar em seu papel também na administração de redes elétricas, barragens, portos, aeroportos e nos complexos militares.

Não é possível, nessa tecnologia, qualquer arremedo de solução intermediária, separando o centro (“core”) do sistema de sua periferia, já que a integração é total entre equipamentos e conexões. Para o Brasil, é importante implementar o 5G porque a competitividade de nossa economia e a eficiência de serviços públicos dependerão disso. Cabe ao nosso país tomar as medidas que entender necessárias para restringir ações indesejáveis sobre as redes de telecomunicações.

O desafio é implementar o 5G, mas não a qualquer custo. É implementar o 5G preservando nossa aliança estratégica com os Estados Unidos e outros países ocidentais, sem abrir um flanco que comprometa a segurança nacional. A crise internacional de confiança pela qual passa a China atualmente, impulsionada pela crise sanitária, torna-se emblemática neste cenário. O Brasil precisa trabalhar com parceiros democráticos reconhecidos pela transparência. Tampouco devemos ceder ao monopólio tecnológico chinês em troca de apoio no combate ao Coronavírus, um movimento estratégico preocupante que tem circulado nos meios internacionais.

Apenas eliminando a presença de empresas que confundem-se com governos, como é o caso chinês, poderemos seguir adiante com a nova tecnologia sem aumentar potencialmente os riscos de perdas irreparáveis. Somente assim podemos preservar ao mesmo tempo, as vantagens econômicas, políticas, estratégicas e de segurança derivadas de nossa integração no mundo Ocidental, regido pelo Estado de Direito, pela transparência e pelo compromisso com as liberdades individuais.

(*) - Ex-Diretor da Apex-Brasil e Diretor-Executivo do Interlegis no Senado, é coordenador da pós-graduação em Relações Institucionais e Governamentais da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília.

Lei disciplina uso de assinaturas digitais com entes públicos

Foi publicada no último dia 24, no Diário Oficial da União, a sanção da Lei 14.063 que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos

Uma nova lei cria dois novos tipos de assinatura eletrônica em comunicações com entes públicos e em questões de saúde: simples e avançada.

A assinatura simples se destina a transações de baixo risco que não envolvam informações protegidas por sigilo. O governo estima que 48% dos serviços públicos disponíveis poderão ser acessados por meio de uma assinatura eletrônica simples, a exemplo de requerimentos de informação, marcação de perícias, consultas médicas ou outros atendimentos.

Já a assinatura avançada se aplica a processos e transações com o poder público; ela garante o acesso exclusivo



do titular e permite o rastreamento de alterações feitas no documento assinado. A assinatura avançada poderá ser usada, por exemplo, no processo de abertura, alteração e fechamento de empresas. Para o presiden-

te-executivo da Associação das Autoridades de Registro do Brasil Edmar Araújo, a lei respeita os diferentes tipos de transação possíveis na rede mundial de computadores, reservando a maior parte das operações digitais

para assinaturas eletrônicas simples e avançadas.

“Naqueles atos que inspirem maior segurança e elevada presunção de validade jurídica, apenas a assinatura qualificada (ICP-Brasil) poderá ser utilizada. A Lei é um avanço para todos os setores e uma vitória da sociedade. Segundo Araújo, ao permitir que os cidadãos tenham direito a uma assinatura eletrônica, caminharemos rapidamente para a tão necessária sociedade digital. “A indústria 4.0 tem sua porta de entrada na digitalização dos processos. Atos da vida poderão ser realizados pela internet com segurança, confiabilidade e enorme conveniência no Brasil” (AI/AARB).

Com prazo final no dia 30, entrega de ECF pode requerer contratação de especialista

Termina no dia 30 de setembro o período limite de entrega da Escrituração Contábil Fiscal, a ECF. É importante se atentar ao prazo, porque quem deixar para organizar as informações da empresa na última hora corre o risco de cometer sérios erros durante o preenchimento e entrega do documento. Consequentemente, arrisca-se a cair nas garras do Fisco. E é por esse motivo que cada vez mais empresas vêm buscando a contratação de profissionais terceirizados experientes, que possam realizar esse tipo de serviço de forma eficiente e sem erros.

A ECF (Escrituração Contábil Fiscal) do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) tem como finalidade informar a demonstração de apuração do IRPJ e CSLL do exercício, visando facilitar o acesso do Governo às informações contábeis e fiscais para composição da base de cálculo para apuração do IRPJ e da CSLL. A ECF substituiu a antiga DIPJ, sendo que ambas têm a mesma finalidade de declarar informações da empresa no âmbito do Imposto de Renda e Escrituração Contábil /Fiscal. Entretanto, a ECF contém dados muito mais detalhados.

Devido à complexidade que esse tipo de burocracia sugere aos contribuintes, é preciso muita experiência, conhecimento técnico e atenção para evitar erros no preenchimento dos dados. Especializado nesse tipo de operação, Nelson Oliveira Franco Filho, diretor de Consultoria da Hessebalch Company, oferece algumas dicas para empresas que buscam eliminar as possibilidades de preenchimento errôneo das guias de ECF.

“Como se trata de um sistema onde ocorreram várias atualizações no decorrer dos anos, é imprescindível estar atento à versão atual do layout. Isso vai assegurar que a transmissão seja efetuada de maneira correta e sem maiores intercorrências. Por isso, é necessário consultar com cuidado o site da Receita Federal”, sugere o executivo. Outro ponto, segundo Franco, é a importância de trabalhar em um plano de contas bem elaborado, em linha com o plano referencial exigido pela Receita e que possa ser checado entre ECF e ECD, “na medida que haverá de ser confrontado pelo Governo na procura de divergências entre os saldos das contas e centro de custos”.

É recomendável, assim, a utilização da ECD (Escrituração Contábil Digital) como base para a ECF (Escrituração



É importante de trabalhar em um plano de contas bem elaborado, em linha com o plano referencial exigido pela Receita.

Contábil Fiscal), já que a ECD traz a escrituração contábil da Empresa, Balanço Patrimonial além das demais Demonstrações Financeiras. “O cruzamento dos dados com a EFD Contribuições é efetuado pela Receita Federal com o intuito de confirmar se não há diferença nas informações enviadas para as receitas mensais. E os valores apurados de PIS e COFINS devem merecer máxima atenção”, alerta.

O Fisco procede ainda o confronto da ECF com o SPED, como forma de confirmar o faturamento da empresa e estoques e valores de ICMS & IPI para as empresas comerciais e industriais, respectivamente. “Por isso, é preciso ficar atento a esse aspecto, o que é muito importante antes do envio”. No caso das empresas prestadoras de serviços, um ponto de extrema atenção são as informações relacionadas às fontes pagadoras. Neste caso, o Fisco efetua o cruzamento destas com o objetivo de checar os valores de IR e CSLL retidos pelos clientes.

As empresas que não possuem em seu quadro profissionais experientes na área contábil, Franco recomenda que recorram à terceirização desse serviço. Diante das dificuldades que podem enfrentar, evidencia-se a necessidade de delegar a responsabilidade de preenchimento e preparação da ECF a profissionais que tenham experiência e conhecimento na preparação dessa atividade, evitando riscos e contingências desnecessárias para as empresas.

Fonte e mais informações: (<https://www.hessebalch.com.br/>).

Funil de influências aplicado à Comunicação: o que é e como funciona?

Você já deve ter ouvido falar em funil de vendas. Mas o que muitos não sabem é que essa técnica, tão popular para quem trabalha com marketing, também funciona muito bem no setor de comunicação, especialmente para assessoria de imprensa. Por isso, a aboutCOM, agência de comunicação especializada em atendimento a empresas de tecnologia, traz algumas considerações sobre o que chama de funil de influências, visando a praticidade e melhorias no direcionamento de conteúdo produzido para corporações.

Sair na imprensa é importante para quem quer ampliar a presença entre seus públicos. Cada área de atuação conta com publicações especializadas e elas são uma verdadeira fonte de autoridade para a sua marca. Por isso, não basta apenas preparar um conteúdo interessante e distribuí-lo sem antes pensar sobre os estágios do funil que esse conteúdo abrange e de que forma chegar a veículos de imprensa especializados nesse tema.

No mundo da tecnologia, por exemplo, existem canais que atuam desde aspectos mais técnicos (e até científicos) até as mais simples reviews que informam usuários a respeito das qualidades de

produtos e serviços em destaque no mercado, mas nada impede que um conteúdo eficaz apareça em jornais, revistas ou sites de assuntos gerais. “O grande motivo da fama do funil é, justamente, a sua eficácia para a jornada do cliente.

Com seus estágios de aprendizado, reconhecimento e consideração, uma estrutura narrativa reconhecida participa do caminho do usuário até a apresentação do produto”, esclarece Flavia Sobral, diretora da aboutCOM. Cada estilo e abordagem, acaba por trabalhar em um nível do funil de comunicação. Alguns geram interesse e apresentam soluções, outros aprofundam a experiência, entregando insights técnicos ou opiniões especializadas. Trazemos uma rápida definição sobre cada uma das etapas do funil:

- **Etapas de aprendizado:** atuam gerando interesse no usuário, com conteúdos de qualidade que informam e retêm a atenção.
- **Etapas de reconhecimento:** são apresentados conteúdos que se aprofundam no problema, demonstrando que as suas dores são compreendidas, soluções são entregues, adicionando valor e empatia na experiência

do usuário.

- **Etapas de consideração:** o chamado “fundo do funil”. Aqui, o lead entende que pode contar com a empresa para resolver seu problema específico. Uma solução é apresentada.

“Conforme os objetivos da empresa, é possível criar uma estratégia de comunicação que atue no lugar certo e na hora certa. Essa é a função de uma estratégia de comunicação verdadeiramente alinhada em todas as frentes”, salienta Flavia.

Isso acontece porque canais especializados e respeitados contam com grande autoridade entre seus públicos-alvos. E é por meio de seus conteúdos que as pessoas se informam e se baseiam para tomar decisões de compra e venda.

Uma expansão orgânica da marca toma fôlego a partir dessa comunicação, já que o rumor começa a ser espalhado justamente nas esferas de “quem entende do assunto. Ao entender o objetivo do negócio, e a partir do estudo detalhado de suas personas, é possível compreender como sair em cada um desses canais, o que contribuirá com resultados para a expansão da presença da empresa no mercado. Fonte e mais informações: (www.aboutcom.com.br).